

Operação Murder Inc.

Procuradoria denuncia irmãos Brazão por assassinato de Marielle

Chiquinho e Domingos são acusados dos crimes de homicídio e organização criminosa; PF prende mais dois por ligação com o caso

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO
PEPITA ORTEGA

A Procuradoria-Geral da República denunciou o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), o irmão dele, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão, e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ). A execução vitimou também o motorista Anderson Gomes.

Delegado
Ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa foi denunciado por homicídio

O Ministério Público Federal imputa aos irmãos Brazão os crimes de homicídio e organização criminosa. Rivaldo Barbosa é acusado de homicídio. O Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir, de forma colegiada, se aceita ou não a acusação formal. Os três negam participação no crime.

O assassinato ocorreu em março de 2018, mas só neste ano eles foram implicados no caso, depois de terem sido citados na delação premiada do policial militar reformado Ronnie Lessa, apontado como autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson Gomes.

Para a Procuradoria, as provas da investigação confirmam os relatos de Ronnie Lessa.

Os irmãos Brazão e o delegado estão presos preventivamente desde março, quando foi deflagrada a Operação Murder Inc. Na ocasião, Chiquinho e Domingos foram apontados como mandantes do crime e Rivaldo Barbosa, como suspeito de planejar o assassinato e de obstruir as investigações. Em abril, a prisão do deputado Chiquinho Brazão foi confirmada pelo plenário da Câmara. Ele agora é alvo de processo na Casa que pode levar à cassação de seu mandato.

'AMEAÇA'. Com sua atuação na Câmara Municipal do Rio, Marielle passou a ser vista como uma "ameaça" à expansão e negócios dos milicianos. Por isso foi eliminada, narra a denúncia. "Foram nas divergências sobre as políticas urbanísticas e habitacionais que os irmãos Brazão perceberam a necessidade de executar a vereadora", afirma a PGR na acusação. O atentado que matou a vereadora foi inserido no contexto da exploração ilegal de loteamentos na zona oeste do Rio, área dominada por milicianos.

"A convergência de interesses entre os irmãos Brazão e os milicianos de quem se aproximaram tem a ver, essencialmente, com atividades de ocupação, uso e parcelamento irregulares do solo. Marielle se tornou, portanto, a principal opositora e o mais ativo símbolo da resistência aos interesses econômicos dos irmãos", afirmou a Procuradoria.

A denúncia foi apresentada na terça-feira ao Supremo, pouco mais de um mês após a PF entregar o relatório final da investigação. O relator do caso

Para lembrar

Os principais alvos da investigação até agora

● **Chiquinho Brazão**

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Foi vereador do Rio por quatro mandatos. No último, foi colega de Casa de Marielle Franco. Eleito deputado federal em 2018, foi reeleito em 2022. Apontado com um dos mandantes do assassinato da vereadora, é acusado de homicídio e organização criminosa. Mantinha vínculo com milicianos da zona oeste que tinham interesse na grilagem de terras para fins comerciais, o que teria motivado o crime. Está preso desde março

● **Domingos Brazão**

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO - 29/3/2017



Irmão de Chiquinho Brazão, atualmente é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Tem uma longa trajetória na política fluminense, sempre com forte influência na zona oeste do Rio. Também é acusado de homicídio e organização criminosa. Foi preso em março.

Investigações apontaram "diversos indícios" do envolvimento dele com "atividades criminosas, incluindo-se as relacionadas com grilagem"

● **Rivaldo Barbosa**

FÁBIO MOTTA/ESTADÃO - 13/7/2018



Delegado, assumiu a chefia da Polícia Civil do Rio na véspera do crime. Foi denunciado pela Procuradoria por homicídio. Segundo o inquérito, ele planejou o crime e atuou para atrapalhar as investigações

● **Ronnie Lessa**

REPRODUÇÃO/TV GLOBO



Ex-sargento da PM do Rio, está preso desde março de 2019 apontado como o executor do crime. Fez acordo de colaboração e confessou ter sido o autor dos disparos. A delação foi homologada pelo Supremo em março deste ano

● **Élcio de Queiroz**

Ex-PM no Rio, foi o primeiro envolvido no duplo homicídio a assumir a coparticipação no crime. Depois de quatro anos preso, fechou delação e confessou ter participado de todo o planejamento do crime e de ter dirigido o carro para Ronnie Lessa fazer os disparos

na Corte é o ministro Alexandre de Moraes, que agora precisa analisar as acusações e decidir se abre uma ação penal.

NOVAS PRISÕES. Ontem, dois outros suspeitos de envolvimento nos assassinatos de Marielle e Anderson Gomes foram alvo de mandados de prisão. Um deles é Robson Calixto da Fonseca, conhecido como "Peixe", ex-assessor do TCE-RJ. Ele trabalhava no gabinete de Domingos Brazão.

O segundo suspeito é o policial militar Ronald Paulo Alves Pereira, o "Major Ronald". Alvo da Operação Intocáveis – ofensiva de 2019 que mirou milicianos – e apontado como ex-chefe da milícia da Muzema, na zona oeste do Rio, Ronald já cumpre pena por homicídio e ocultação de cadáver em presídio federal em Campo Grande (MS). Major Ronald era ligado ao ex-policial militar Adriano da Nóbrega, o capitão Adriano, morto em 2020.

A PGR pediu as prisões preventivas de Calixto e Ronald, que foram autorizadas por Moraes. Os dois foram citados na delação de Ronnie Lessa. Quando entregou o relatório final da investigação, no mês passado, a PF justificou que não tinha provas suficientes para pedir o indiciamento, apesar da "verossimilhança" do relato de Lessa e dos "vínculos escusos" de Calixto e Ronald.

Novos elementos levaram a Procuradoria a pedir as prisões. Eles também foram incluídos na denúncia oferecida pela PGR. Major Ronald é acusado do crime de homicídio. Calixto foi denunciado por organização criminosa.

Calixto é apontado como "homem de confiança" da família Brazão. Lessa relatou que ele ajudou a providenciar a arma usada na execução. Major Ronald, por sua vez, teria sido encarregado de monitorar os passos de Marielle.

Procuradas, as defesas de Robson Calixto e de Major Ronald não haviam sido localizadas até a noite de ontem. ● COLABOROU RAY ANDERSON GUERRA

Justiça Eleitoral

Cassação de Moro está pronta para julgamento no plenário do TSE

O ministro Floriano de Azevedo Marques liberou para julgamento no plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) os recursos que vão definir o futuro do mandato do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR). A movimentação ocorre uma semana após o processo ter sido distribuído ao seu gabinete. O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, reservou as sessões de 16 e 21

de maio para o julgamento. Ele deixa a presidência do tribunal no dia 3 de junho.

Os recursos foram apresentados pelo PT e pelo PL e serão julgados em conjunto. Os partidos tentam reverter a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) que absolveu o senador da acusação de abuso de poder econômico nas eleições de 2022.

OTSE tem competência para

analisar novamente as provas do processo, o que pode levar os ministros a decidirem na contramão da Justiça Eleitoral no Paraná. A Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) defendeu a manutenção do acórdão, o que reduz a pressão sobre o senador e ex-juiz da Lava Jato.

AÇÕES. Moro responde por abuso de poder econômico, arrecadação ilícita e uso indevi-

do dos meios de comunicação nas eleições de 2022. Ele nega irregularidades. O pano de fundo é sua frustrada pré-candidatura à Presidência. O TSE precisa decidir se as despesas no período deixaram o ex-juiz em posição desigual em relação aos concorrentes ao Senado.

Um dos pontos-chave do julgamento é o parâmetro que será usado para calcular os gastos de campanha. A definição sobre quais despesas seriam ou não de pré-campanha, para avaliar se houve ou não desequilíbrio na eleição, é controversa. O critério dividiu os desembargadores do Paraná.

A natureza dos gastos também vai influenciar a votação.

Os ministros precisam decidir se despesas que não estão diretamente relacionadas com a campanha para obter votos têm ou não caráter eleitoral. É

Data

Presidente do TSE, Moraes reservou as sessões de 16 e 21 de maio para o julgamento

o caso, por exemplo, de valores desembolsados com segurança pessoal e escolta. Outro ponto em aberto é se as despesas fora do Paraná, na pré-campanha a presidente, devem entrar no montante. ●